



Anexo I - PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO, APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO E CONSULTORIA PARA À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas em seus Anexos, partes integrantes do presente Edital.
- 1.2.** No decorrer deste Projeto Básico designamos como CONTRATANTE o município de SÃO GONÇALO e como CONTRATADA a EMPRESA vencedora do processo licitatório. A Fiscalização será feita pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, consistindo em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução da obra/serviço, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos neste Projeto Básico, no Edital de Licitação e no Contrato e em conformidade com as Normas Técnicas e Legislações Pertinentes.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1.** Um dos cenários mais comuns no cotidiano das Prefeituras é a execução de obras de melhoria em infraestrutura urbana, equipamentos públicos e ações de ordenamento territorial e uso do solo. Nesse cenário são constantes os desafios enfrentados pelos gestores municipais, na execução dessas ações, pois nem sempre é possível a paralisação total ou mesmo parcial de atendimento, acesso aos locais e suas imediações. As obras envolvem, do planejamento até sua entrega, a responsabilidade do desenvolvimento de ações que venham a preservar/garantir as condições de acesso, serviços e segurança durante toda a fase de execução das mesmas.
- 2.2.** Essa questão toma maior proporção quando temos ações integradas no município que de forma concomitante venham a afetar a rotina da população e da cidade, como é o caso de São Gonçalo, que vem recebendo aporte financeiro de variadas fontes, como os recursos advindos da captação de recursos e/ou parcerias junto ao Governo Estadual e Federal, recursos aportados em função da concessão da CEDAE, proporcionando a possibilidade da administração implantar diversas



melhorias à população, tais como: obras de infraestrutura e mobilidade urbana, melhora nas estruturas físicas e de atendimento da saúde, educação e assistência social, a criação e manutenção de áreas de esporte, lazer e cultura.

- 2.3.** Atualmente, o município ainda carece de melhorias e essas ações buscam mitigar problemas comuns aos grandes centros urbanos que experimentam crescimento desordenado, reflexo causado de anos de descaso das gestões municipais anteriores, tais como: falta de infraestrutura urbana, oportunidades de lazer, mobilidade, saneamento básico, vagas em redes de saúde entre outros.
- 2.4.** Desta forma, buscando assegurar a implantação do Plano Estratégico Novos Rumos do município de São Gonçalo, para o bem-estar de seus habitantes a partir do desenvolvimento da cidade, com uma atuação ampliada no ordenamento do solo, de infraestrutura urbana básica, entre outros, a Prefeitura Municipal de São Gonçalo necessita realizar ações de forma integrada e complementares.
- 2.5.** Nessa linha, também há a necessidade dos projetos e obras em execução terem uma condição de análise, conformidade e compatibilidade com os projetos elaborados e ou contratados com a homogeneização das técnicas de supervisão e fiscalização das obras públicas, visando o atendimento aos quesitos de qualidade de projetos e obras contratados em todo o território do município, garantindo o atendimento dos requisitos de melhoria da qualidade de vida da população, bem como ao Plano Estratégico da cidade.
- 2.6.** Com tudo isto, a presente contratação é uma alternativa ao município para que através de uma equipe multidisciplinar se tenha um apoio técnico especializado no gerenciamento e supervisão da execução de todas as suas obras/ações de forma integrada, durante todo o processo de execução, na tentativa de minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos de forma sincronizada.
- 2.7.** Como existem ações que irão impactar diretamente diversas vias da cidade que são extremamente ativas e muitas delas corredores principais de deslocamento dos moradores para fora do município, as obras devem ser pensadas de maneira especial para não afetar o trânsito local, o acesso ao transporte público, o acesso aos serviços básicos preservando assim a integridade da população e dos demais frequentadores da região, ao mesmo tempo que as obras estiverem em andamento.

- 2.8. Da mesma forma, ações em equipamentos públicos podem acarretar planejamento de adaptação no funcionamento dos mesmos, de forma a não descontinuar os serviços públicos da cidade.

3. ABRANGÊNCIA DO CONTRATO

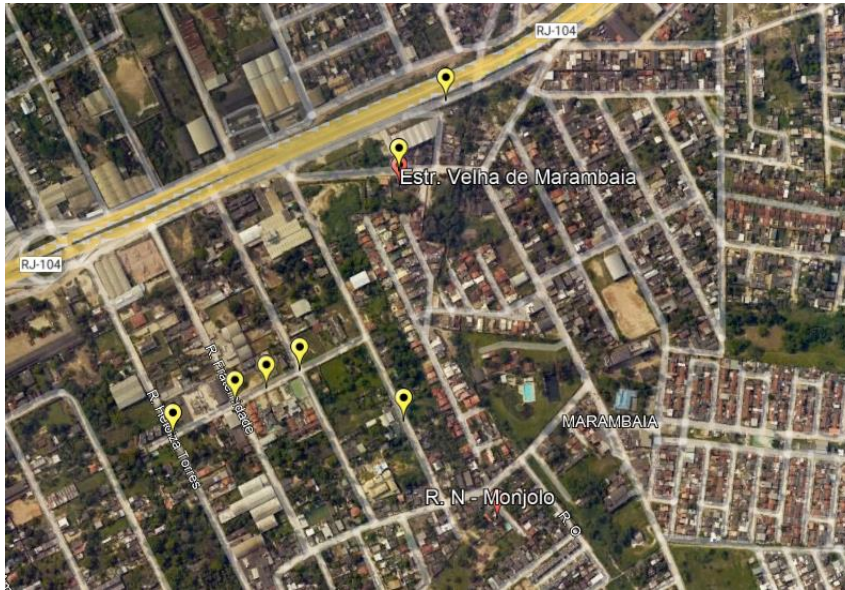
- 3.1. Gerenciamento e supervisão na execução das obras executadas e/ou pleiteadas pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, tanto os de sistema viário como os de reforma e construção de edificações e, também, urbanização de espaços públicos, propiciando revisão, readequação, compatibilidade, minorando a necessidade de aditamento de contrato quando da execução das obras.

- 3.2. Gerenciamento e supervisão das obras contratadas e/ou pleiteadas pelo Município de São Gonçalo, sendo elas elencadas a seguir:

- **Obras de Infraestrutura e mobilidade urbana:**



- **Pavimentação e Drenagem do Bairro Bom Retiro**



- Pavimentação e Drenagem do Bairro Marambaia



- Pavimentação e Drenagem do Bairro Santa Izabel



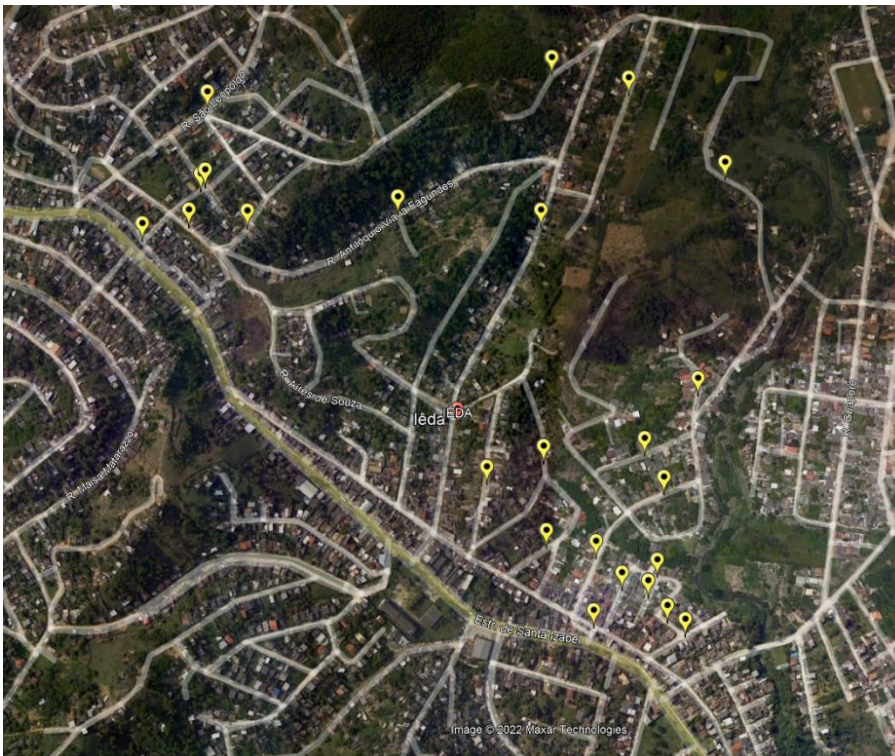
- Pavimentação e Drenagem do Bairro Vista Alegre



- Pavimentação e Drenagem do Bairro Sacramento



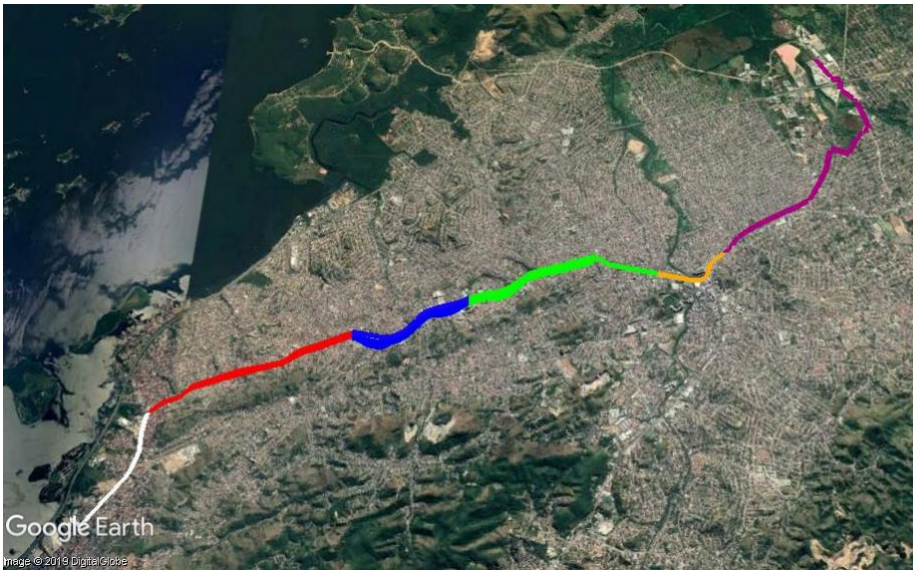
- Pavimentação e Drenagem do Bairro Eliane



- Pavimentação e Drenagem do Bairro Iêda



- Ciclovía – Av. Jornalista Roberto Marinho



- MUVI - corredor viário de Neves a Guaxindiba
- **Acompanhamento de reformas:** praças, depósito de equipamentos da guarda municipal, equipamentos da Assistência Social, equipamentos da Educação, equipamentos da Saúde, etc;
- **Obras de Construção:** Hospital Geral, Creches, Unidades de saúde – Atenção Básica, Unidades da Assistência Social, Nova Sede da Prefeitura, Novas Sedes para os DCOs, mirantes turísticos, habitação de interesse social, atracadouros, etc;
- **Obras de revitalização/requalificação viária e urbana:** Orla das Pedrinhas, requalificação viária do centro do bairro de Alcântara, Praça Colubandê, Rio Alcântara, Parque Urbano Boa Vista (antigo Piscinão de Sg), etc;
- **Obras de contenção de encostas;**
- **Obras de urbanização integrada e regularização fundiária de assentamentos precários.**



4. DOS OBEJTIVOS ESPECÍFICOS DO CONTRATO

- 4.1. Os serviços a serem contratados serão elaborados com base nas diretrizes da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, nos planos específicos das Concessionárias de Serviços Públicos, e demais órgãos municipais, assegurando sua viabilidade técnica e a avaliação dos custos das obras, além da definição dos métodos construtivos e do prazo de execução, conforme descrição dos Anexos constantes deste documento.
- 4.2. O objetivo desta contratação é dotar a Prefeitura de São Gonçalo de recursos adequados em quantidade, qualidade e no tempo certo para realizar a perfeita gestão/gerenciamento das ações referente às obras em andamento e a serem contratadas, de modo a garantir a boa qualidade, com serviços sendo executados dentro do prazo previsto, do escopo definido e do orçamento programado. Bem como, em função dos recursos aportados em função da concessão da CEDAE, a captação de recursos junto ao Governo Federal e do Governo do ERJ, elaborar uma gestão e logística das obras já programadas buscando sanar a demanda retraída de infraestrutura e urbanização que a cidade tanto carece. Assim, são então objetivos da contratação:
- i. apoio técnico na fiscalização das obras do município por meio do registro dos dados gerenciáveis dos serviços;
 - ii. apoio técnico no planejamento e gestão das ações logísticas para execução das diversas obras que estão em andamento e serão iniciadas no município;
 - iii. apoio técnico no controle e monitoramento das intervenções por meio de recursos especializados nos aspectos físico e financeiro dos contratos;
 - iv. apoio técnico na interface com os órgãos do município responsáveis pelas ações que serão necessárias a minimizar os impactos das obras;
 - v. apoio técnico na gestão e implantação de ações junto à população buscando minimizar as ações das obras no dia a dia da cidade;
 - vi. apoio na elaboração de documentos técnicos relativo às obras junto as empresas executoras
- 4.3. A execução dos serviços seguirá os procedimentos e especificações constantes deste Projeto Básico.
- 4.4. A planilha detalhada com os itens e quantitativos para execução da obra encontra-se no **Anexo III** deste documento.



5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 5.1.** O contrato será gerenciado, supervisionado e fiscalizado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
- 5.2.** A referida contratação terá atuações diversas junto às ações do município. Deverão para cada uma delas serem elaborados todos os documentos necessários ao gerenciamento e supervisão das intervenções, de forma integrada. Com enfoque numa visão espacial e logística para que as obras aconteçam de forma sincronizada e que nenhuma ação se sobreponha sobre a outra.
- 5.3.** O presente termo de referência tem a finalidade de definir a natureza, abrangência, responsabilidades e atribuições os serviços técnicos especializados de gerenciamento e supervisão de obras, bem como informar aos licitantes os objetivos e diretrizes gerais dos serviços a serem executados. As licitantes/proponentes quando da elaboração de suas propostas deverão adaptá-las para atender as particularidades dos trabalhos. Os serviços a serem executados pela consultora compreendem o gerenciamento, a supervisão e o controle dos serviços de: drenagem superficial e profunda, micro drenagem, terraplenagem, pavimentação e restauração, fundações e aterros, sinalização, obras complementares, obras especiais, concretagem, construção, reformas, urbanização e outros, conforme constam nos projetos de engenharia e/ou arquitetura, contratados e/ou confeccionados pelo município. Assim, estarão a cargo da futura contratada as seguintes ações, não se restringindo a essas:
- A.** Os serviços de gerenciamento, supervisão, apoio técnico e controle de obras abrangem:
- Avaliação técnica de todos os serviços de engenharia componentes do projeto;
 - Acompanhamento das diversas etapas das obras verificando o cumprimento integral das soluções dos projetos de engenharia;
 - Acompanhamento, junto às Secretarias Municipais necessárias da implantação das medidas mitigadoras e saneadoras;
 - Acompanhamento das condições de segurança viária e dos usuários durante as obras, incluindo os desvios de tráfego;
 - Acompanhamento das diversas etapas das obras verificando o cumprimento integral das soluções dos projetos de engenharia;
 - Elaboração de relatórios mensais, parciais e finais.
- B.** É da responsabilidade da empresa contratada:



- Executar todos os serviços concernentes à supervisão e gerenciamento das obras com suporte às medições, diário de obras, acompanhamento de cronograma físico financeiro, relatórios gerenciais e vistorias;
- Supervisão da execução de cada etapa das obras e do cumprimento das obrigações contratuais das contratadas responsáveis pelas obras, informando à Fiscalização eventuais discordâncias;
- Preparação de informes técnicos ou de qualquer outro tipo que sejam solicitados sobre as obras.
- Cumprir, e tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento por parte das empresas contratadas das especificações técnicas e as especificações ambientais.
- Acompanhamento da eficácia das medidas adotadas para prover a segurança de trânsito na fase de obras.
- Gestão/Coordenação das obras para garantia de suas execuções de forma sincronizada;
- Interface com as Secretarias locais para apoio as ações de mitigação de impacto e interrupção de serviços básicos à população;
- Promoção de reuniões periódicas com a contratada para reporte das ações em andamento e discussão dos possíveis planos de adequação do cronograma e definição de prioridades para atender as necessidades do município;
- Consultoria especializada ao planejamento e projetos para obras;

C. Entre as atividades da empresa contratada deverá constar a atividade de supervisão e fiscalização das normas ambientais contidas nos contratos de obras, colocando à disposição um profissional que será responsável pelo acompanhamento do cumprimento dos requisitos ambientais que constam em contrato de execução das obras, conforme previsto no item 12, Equipe Técnica. Esse profissional será responsável por verificar e atestar que todas as atividades relativas ao meio ambiente, na construção das obras, estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade ambiental. Cabendo a ele:

- Verificar o atendimento às exigências dos órgãos ambientais relativas ao processo de licenciamento do empreendimento;
- Inspecionar periodicamente as distintas frentes de serviço no campo, para acompanhar a execução das obras e suas adequações ou não as normas de gestão ambiental;
- Avaliar em conjunto com a fiscalização, no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a necessidade de paralisação das obras no trecho considerado, de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas. Nesse caso, a supervisão deve preparar relatório sintético, informando das questões envolvidas e da proposição de paralisação;

5.4. É também objetivo da empresa consultora garantir que as obras e serviços sejam conduzidos de acordo com os anseios do contratante, as normas e



especificações contratuais, além de normas, regulamentos e leis - em especial as que dizem respeito às questões de segurança da população e ao meio ambiente - alertando a FISCALIZAÇÃO quanto a desvios no cumprimento dos cronogramas físico e financeiro das obras, apresentando sugestões que permitam a retomada dos prazos de implantação estabelecidos. Constituem etapas dos serviços: o Planejamento, Controle, a Supervisão de Obras e a elaboração de Relatórios, conforme definido adiante.

6. DETALHAMENTO DO ESCOPO

- 6.1.** Todas as ações de gerenciamento e seus elementos técnicos deverão ser elaborados de acordo com as normas técnicas do Município de São Gonçalo e deverão ser apresentados de acordo com especificações em Contrato.
- 6.2.** A etapa que precede o início das obras (para as que ainda não iniciaram) e que compreende a coleta, consistência, análise e interpretação dos elementos referente a cada uma delas para entendimento do acompanhamento, da supervisão e fiscalização, em consonância com as diretrizes fornecidas pelo município serão disponibilizadas a contratada pelo contratante.
- 6.3.** Nessa etapa a consultora deverá ter a posse de cópia de toda a documentação relacionada à contratação, compreendendo:
 - Contrato de Execução das Obras;
 - Dados Básicos (Topográficos, Geotécnicos, etc);
 - Projetos Executivos Compatibilizados;
 - Alvarás, Aprovações, Licenças e Exigências dos Órgãos Competentes;
 - Normas de Procedimentos Operacionais não compreendidas nos projetos;
 - Plano de Construção do Empreendimento;
 - Outros documentos necessários ao Gerenciamento, Apoio e Supervisão das Obras.
- 6.4.** Essa análise deverá permitir à empresa consultora identificar as ações necessárias para o andamento das diversas frentes de obra no município de modo a assegurar que as obras aconteçam de forma harmônica com o menor prejuízo a população bem como ao município, sugerindo modificações e adequações na oferta dos serviços básicos e logística de execução das empresas executoras.
- 6.5.** Pretende-se que com essa análise inicial algumas pendências e adequações possam ser identificadas, uma vez que algumas delas, devido



à sua natureza, só ficarão suficientemente evidenciadas quando do início efetivo das obras.

Assim nesta análise deve ser verificado:

- A localização territorial de todas as obras do município;
- Os prazos de cada uma das obras;
- Estudar a possibilidade de adequação na logística de execução das obras;
- Estudar a necessidade de interrupção dos serviços básicos à população;
- Verificar a documentação de cada um dos contratos/obras.

6.6. O resultado da análise realizada deverá ser interpretado, de modo a formar conhecimento prévio sobre os estudos e projetos existentes.

6.7. A Contratada pelo período de 400 dias após o recebimento do memorando de início deve a qualquer tempo estar disponível para esclarecimentos adicionais e defesa da metodologia adotada.

6.8. Deverão ser realizadas reuniões mensais para monitoramento e avaliação dos trabalhos apresentados, devidamente registrados com ata. Os elementos técnicos serão considerados entregues após a aceitação da FISCALIZAÇÃO, e deverão compor o Relatório Mensal de Coordenação Geral do Contrato.

7. PRODUTOS ESPERADOS

7.1. A contratação se baseia na realização de serviços que se apresentam por meio de produtos consolidados em diversos documentos técnicos. Esses serão a única forma de aferição da prestação dos serviços pela Contratada. Portanto, a Contratada deverá elaborar documentos técnicos para a efetivação da medição dos serviços realizados. A Contratada deverá apresentar esses documentos conforme cronograma para aferição.

7.2. A Contratada deverá observar que os itens de conteúdo apresentadas a seguir para cada relatório, são de caráter instrutivo, de modo que a Contratada será responsável pela elaboração dos relatórios, portanto, não deve limitar seus relatórios a tais itens, realizando acréscimos e adequações sempre que julgar necessário, realizando a apresentação de forma clara, objetiva e com base técnica.

7.3. Relatório de Assunção e Partida

7.3.1. Trata-se de um relatório de apresentação da Contratada, com seu plano de trabalho e o mapeamento do status dos empreendimentos que lhe forem apresentados para atuar. Este relatório deve ser



apresentado em até 20 dias corridos após a emissão da Ordem de Início. O documento deve conter:

- a) Registros dos principais dados contratuais da Contratada;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica com comprovante de pagamento das taxas da Equipe Técnica Principal;
- c) EAP – Estrutura Analítica do Projeto ajustada a realidade encontrada pela Contratada;
- d) Apresentação da estrutura de recursos para a realização dos serviços;
- e) Apresentação dos dados dos contratos em curso que serão acompanhados;
- f) EAP para os contratos que a Contratada encontrar em curso quando de sua mobilização;
- g) Apresentação dos parâmetros e índices de acompanhamento dos contratos de execução de projetos e obras;
- h) Apresentação da metodologia de acompanhamento de avanço dos serviços de implantação de empreendimentos contratados;
- i) Apresentação do planejamento dos contratos com acompanhamento planejado;
- j) Apresentação do Plano de Ação de curto prazo;
- k) Apresentação de método de acompanhamento de pontos críticos com 5W2H;
- l) Apresentação do Plano de Comunicação;
- m) Apresentação do Plano de Monitoramento da Qualidade dos Projetos e Obras;
- n) Apresentação da proposta para o sistema de gerenciamento integrado das informações dos serviços

7.4. Relatório de Apoio ao Gerenciamento, contendo:

7.4.1. Este relatório deve conter a síntese das informações coletadas ao longo do período de observação, análises e propostas de encaminhamentos da Contratada as questões que demandam ações, sejam das outras contratadas, sejam da Fiscalização. Seu conteúdo é de cunho gerencial, portanto, deve conter visão macro das informações. Deve ser apresentado mensalmente.

- a) Apresentação dos dados básicos do contrato da Contratada;
- b) Apresentação dos dados básicos dos contratos acompanhados pela Contratada;
- c) Registro dos principais documentos trocados entre a FISCALIZAÇÃO e os atores envolvidos: projetistas, empreiteiros, fornecedores, licenciadores, etc.;
- d) Registro dos principais documentos trocados entre a FISCALIZAÇÃO e os órgãos técnicos e administrativos, nos níveis federais, estaduais e municipais e organismos financiadores;



- e) Registro do progresso na alimentação do sistema de informações gerenciais em processo de implantação na FISCALIZAÇÃO de Planejamento;
- f) Registro das principais atividades referentes à implantação das obras, do apoio ao planejamento da execução, da realização de reuniões de monitoramento e controle de prazos junto às empreiteiras;
- g) Registro do planejamento do avanço físico-financeiro e da programação de empenho e desembolso de recursos;
- h) Registros de necessidades de alterações de projeto e contrato, com propostas de encaminhamentos;
- i) Cronograma macro de execução e alocação de recursos para fiscalização das intervenções;
- j) Registro da análise do planejamento apresentado pelas empreiteiras para a implantação das obras;
- k) Registro do avanço físico-financeiro das obras e serviços;
- l) Registros de pontos críticos, riscos e ações de mitigação, 5W2H;
- m) Registro do andamento da elaboração do as built a ser elaborado pelas empreiteiras, bem como das principais modificações realizadas nas obras e seus respectivos impactos no orçamento e/ou andamento;

7.5. Relatório de Apoio à Supervisão e Fiscalização das Obras

7.5.1. Este relatório deve ser apresentado mensalmente, conforme cronograma. Ele será uma coletânea de Boletins de Acompanhamento de Obras. As obras serão agrupadas segundo a natureza do empreendimento:

- I. edificação de educação;
- II. edificação de saúde;
- III. edificação de ação social;
- IV. edificações da cultura;
- V. edificações da administração e outras;
- VI. OAE;
- VII. urbanização de área pública;
- VIII. intervenção de drenagem pluvial;
- IX. urbanização de via pública;
- X. edificação de interesse social.

7.5.2. O Relatório de Acompanhamento de Obras se destina a apresentar o acompanhamento realizado pela Contratada para os empreendimentos, quando esses estiverem com o contrato de intervenção física em curso. Cada obra será apresentada em um Boletim de Acompanhamento de Obra específico, sendo apresentados agregados em único volume. O boletim deve conter:



- a) Identificação da obra e seu contrato;
- b) Registros de Pontos Críticos, riscos e Ações de Respostas;
- c) Registro da inspeção dos principais serviços executados pelas construtoras;
- d) Mapeamento espacial dos avanços;
- e) Registro do acompanhamento e supervisão das obras;
- f) Registros de pontos críticos, riscos e ações de mitigação, 5W2H;
- g) Registro dos principais eventos relacionados à medicina e segurança do trabalho durante a execução dos empreendimentos;
- h) Registro dos principais eventos relacionados ao acompanhamento da implantação das medidas de segurança das obras;
- i) Registro fotográfico;
- j) Registro das principais ocorrências registradas nos diários de obras – RDO - e julgadas relevantes para a Fiscalização;
- k) Projeções de avanço pela perspectiva da Contratada

7.5.3. Cada contrato é um objeto de acompanhamento, sendo os registros de acompanhamentos apresentados por obra, apenas agregados em um único volume de encadernação. Na ocorrência de inícios, paralisações, ou retomadas de serviços pelas Construtoras a Contratada deverá estar capacitada operacionalmente para realizar o acompanhamento necessário. A Fiscalização irá avaliar cada boletim individualmente, sendo esses apresentados no Relatório de Apoio a Supervisão para facilitar a gestão das atividades da Contratada.

7.5.4. Para efeitos de medição dos serviços da Contratada os boletins corresponderão ao faturamento da média aritmética do faturamento inicial previsto. Esse balizador irá conduzir a escolha do Boletim que não se alterará após sua primeira emissão, independente das alterações que vierem a ocorrer no desenvolvimento dos contratos de obras. A Contratada deverá mobilizar recursos humanos em quantidade e qualidade adequados a cada obra. Na ocorrência de contratos com projeto executivo integrado ao contrato de execução da obra, a Contratada deverá elaborar o Boletim de Acompanhamento de Projeto Contratado.

7.6. Elaboração de Consultoria para Estudos Técnico Preliminares, Anteprojetos e Projetos Básicos

7.6.1. Com o objetivo de fundamentar a contratação de futuras obras, integrantes do Plano Novos Rumos (ou posterior que venha a complementá-lo ou substituí-lo), a Contratada deverá realizar consultoria para s estudos técnicos. Cada elemento apresentado a seguir, se constitui em um documento técnico capaz de ser aferido



pela Fiscalização. Os empreendimentos aos quais tais estudos e projetos serão direcionados são os já apresentados neste Projeto Básico, não se restringindo a eles, e observando que estes serão liberados em função do equacionamento de tramites administrativos próprios da Contratante e de outros atores envolvidos, tais como agentes financeiros. Observa-se que a autorização para o desenvolvimento das consultorias para elaboração de projetos será realizada pela Fiscalização, em juízo do interesse da Prefeitura.

- a) Consultoria para Estudos de necessidades para escolha de partido arquitetônico;
- b) Consultoria para Estudos de Viabilidades e Alternativas;
- c) Consultoria para Estudos de Base: hidrologia, geotecnia, estrutura e trânsito;
- d) Consultoria para Análise Multicritério de Anteprojetos;
- e) Consultoria para Análise de Método Construtivo;
- f) Consultoria para Levantamentos de Áreas Não Edificantes e Áreas de Preservação Permanente;
- g) Consultoria para Desenvolvimento de Projeto Básico de arquitetura, urbanismo, drenagem pluvial, contenções e projetos complementares de edificações;
- h) Consultoria para Descritivos na forma de Especificação Técnica, Memorial Descritivo, Parecer Técnico e Memória de Cálculo.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 8.1.** O prazo para a execução dos serviços é **12 (doze) meses** contados a partir da expedição da Ordem de "Início dos Serviços", de acordo com o cronograma físico-financeiro (**ANEXO VI**).
- 8.2.** CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Por se tratar de recebimento parcelado, o cronograma de execução do objeto e desembolso acontecerá conforme as especificações constantes no **ANEXO VI**, o qual demonstrará as parcelas do objeto a serem entregues e os respectivos pagamentos a serem efetuados.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1.** Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de emprego, em cada etapa que se fizer necessário, e conforme Cronograma Físico-financeiro – **ANEXO VI**
- 9.2.** Após a execução do contrato, o serviço será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo



circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de que a obra foi encerrada.

- 9.3.** Após o recebimento provisório, o servidor ou comissão designada pela autoridade competente, receberá definitivamente o serviço, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação hábil, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando o contratado obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

- 9.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere a cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo contratual.

- 9.4.** De acordo com o art. 76 da Lei 8.666/93, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com o contrato e com a legislação pertinente, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 9.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui da CONTRATADA a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela avença, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 10.1.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo contratante.
- 10.2.** A medição de serviços será baseada em relatórios periódicos elaborados pelo contratado, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.
- 10.3.** Os relatórios serão preliminarmente apresentados à Fiscalização para avaliação e comentários, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao



período do serviço consolidado, quando serão avaliados e comentados pela Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis.

- 10.4.** A versão preliminar, aquela destinada a verificação da Fiscalização, será encaminhada em meio digital, em seus softwares de origem, e também em PDF.
- 10.5.** A Fiscalização informará à Contratada sua avaliação, sendo estão classificadas por meio de 3 (três) níveis:

Reprovado - não será autorizado o faturamento. A Contratada deverá promover a revisão do que for solicitado para nova avaliação;

Aprovado com comentários - será autorizado o faturamento, sendo condição para o próximo faturamento a revisão no que for solicitado neste;

Aprovado - será autorizado o faturamento sem restrições. A Contratada deverá emitir relatório impresso, em 2 (duas) vias, devidamente assinado pelo responsável técnico, além da via digital em sua versão final em arquivos originais e pdf.

- 10.6.** As vias finais aprovadas deverão ser encaminhadas junto dos documentos do processo de medição/faturamento.
- 10.7.** O contratante efetuará os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no contrato.

11. DOS RECURSOS EXIGIDOS

- 11.1.** Para a realização dos serviços, escopo da presente licitação, a Contratada deverá disponibilizar os recursos necessários a boa execução dos serviços seja através de equipe técnica multidisciplinar, equipamentos e recursos de TI, veículos, instalações e demais recursos necessários à execução das atividades profissionais.

12. HABILITAÇÕES

- 12.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.
- 12.2.** Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo CONTRATADO estarão previstos no edital.



12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos licitantes serão:

12.3.1. Considerando o objeto a ser executado, necessitarão serem apresentados os seguintes documentos:

- RG do Sócio/Preposto, Registro Comercial e Contrato Social;
- Certidões de regularidade fiscal/trabalhista/balanço patrimonial;
- Registro no CREA ou CAU, da região correspondente à sua sede.

12.3.2. Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, **bem como da qualificação dos profissionais que farão parte da Coordenação Geral e Gerente de Supervisão de Obras/Supervisão de Obras viárias**, que se responsabilizarão pelos trabalhos da seguinte equipe técnica:

Equipe Técnica:

1. Coordenação Geral:

Profissional Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil;

2. Gerente de Supervisão de Obras:

Profissional Arquiteto e Urbanista ou Engenheiro Civil;

3. Gerente de Supervisão de Obras Viárias:

Profissional Engenheiro Civil, com experiência em infraestrutura viária;

4. Equipe Chave:

Engenheiro Civil Pleno
Engenheiro Elétrico Pleno
Engenheiro Mecânico Pleno
Engenheiro de Transporte Pleno
Engenheiro de Produção Pleno
Arquiteto e urbanista Pleno

5. Equipe de Apoio Técnico

Técnico em Edificações
Auxiliar Técnico
Auxiliar de Escritório



Secretária Administrativa

6. Equipe de Analista Técnico

Técnico Especializado para serviços de Consultoria em Engenharia e/ou Arquitetura e urbanismo

Engenheiro Sanitarista

Engenheiro Ambiental

Cadista Pleno

12.3.2.1. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que, em sua individualidade ou soma, contemplem serviços similares ao objeto do edital;

12.3.3. O Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá apresentar atestados em seu nome, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbados no CREA ou CAU e acompanhados da respectiva CAT.

12.3.3.1. A qualificação técnica profissional exigida deve manter correlação com a da quantidade e natureza dos serviços que se pretende contratar, visar compatibilizar o equilíbrio entre a segurança da Administração, quanto ao cumprimento das obrigações por parte do contratado, e a preservação da necessária competitividade daqueles que possuam, minimamente, condições técnicas e econômicas para executar o objeto.

12.3.4. A empresa deverá possuir em seu quadro permanente, profissional ou profissionais de nível superior, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica por execução de serviços semelhantes.

12.3.4.1. A comprovação de que os detentores dos referidos atestados de capacidade técnica são vinculados à licitante, deverá ser feita através de cópia de suas fichas de registro de empregado, dos contratos de trabalho, por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e os profissionais qualificados, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

12.3.4.2. Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante servirá de documento hábil para a comprovação do vínculo.

12.3.4.3. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todas (com o atestado do mesmo profissional) serão inabilitadas.



- 12.3.4.4.** Não será aceita a comprovação de aptidão de que trata este Projeto Básico por meio de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.

- 12.3.5.** Para comprovação de aptidão técnica do profissional será necessário apresentar atestados técnicos que contemplem os serviços a serem contratados, conforme elencados no capítulo **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO.**

Tal exigência justifica-se para verificação de aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, bem como da demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico, estando de acordo com a súmula nº 263 do TCU, limitando-se a perfeita consecução do objeto deste certame, mantendo a isonomia e a equidade de competição entre os licitantes.

Em resumo, os itens escolhidos compõem o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

13. DA VISITA TÉCNICA

- 13.1.** Em razão da natureza da contratação, fica dispensada a visita técnica, visto que as informações relativas ao objeto licitado serão prestadas pela Municipalidade.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.** Cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico/Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- 14.2.** Cumprir o cronograma físico e as etapas de execução dos serviços, realizando com zelo e fidelidade a prática da sua boa execução,



observando as formas, as medidas, os desenhos e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;

- 14.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, obedecendo às especificações e os prazos constantes no Projeto Básico e seus anexos.
- 14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 14.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos ou não executados em conformidade com as normas pertinentes.
- 14.6. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecedem a entrega de cada etapa, conforme estipulado no cronograma físico-financeiro (**ANEXO VI**), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 14.7. Providenciar todos os meios necessários, respeitando todas as leis e normas vigentes, que envolvam a execução do serviço objeto deste certame.
- 14.8. Entregar à CONTRATANTE uma via dos registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referentes às atividades técnicas necessárias ao objeto deste Projeto Básico, devidamente quitadas.
- 14.9. Possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, a mão de obra, os meios de transporte, e demais itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas do serviço, assim como a documentação de segurança do trabalho, conforme a Lei 6.514/77 e suas portarias e normas regulamentadoras.
- 14.10. A execução do objeto contratado não esgota a responsabilidade da CONTRATADA quanto a eventuais quebras ou avarias, que serão corrigidas de imediato.
- 14.11. Manter seu pessoal devidamente identificado, bem como substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pelo CONTRATANTE, independente de apresentação de justificativa.
- 14.12. Levar imediatamente ao conhecimento da fiscalização da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos



serviços para adoção das medidas cabíveis, bem como comunicar por escrito e de forma detalhada todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.

- 14.13.** Diligenciar para que seus empregados/prepostos tratem o pessoal da CONTRATANTE com atenção e urbanidade.
- 14.14.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações.
- 14.15.** Fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, ou não, para a execução dos serviços.
- 14.16.** Toda e qualquer dúvida será esclarecida antecipadamente com os responsáveis pela Fiscalização da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- 14.17.** Os documentos técnicos produzidos serão submetidos à avaliação da CONTRATANTE.
- 14.18.** Os encargos sociais e trabalhistas relativos aos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na execução do contrato.
- 14.19.** Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciárias ou Securitárias e decorrentes da execução do objeto contratual.
- 14.20.** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados por/a terceiros.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 15.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Projeto Básico/Edital e seus anexos;
- 15.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico/Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 15.1.3.** Comunicar à CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



15.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, mediante comissão especialmente designada;

15.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

15.2. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A CONTRATADA deverá:

- Manter atualizados todos os documentos de habilitação, bem como as licenças necessárias ao seu funcionamento.
- Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.
- Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no presente Projeto Básico.
- Assumir a responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, pela completa desmobilização de todas as estruturas e equipamentos de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços.
- Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, **desde que os serviços subcontratados não sejam considerando os de maior relevância do objeto.**



- 17.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica e comprovação de idoneidade necessários para a execução do objeto.
- 17.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subCONTRATADA, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 17.4.** A empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subCONTRATADA, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subCONTRATADA;

18. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 18.1.** Não será permitida a participação de consórcio.
- 18.2.** A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituída sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as contratações de obras de engenharia civil, semelhantes ao presente objeto, são perfeitamente pertinentes e compatíveis às empresas atuantes do ramo licitado, sendo bastante comum a participação de empresas, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- 18.3.** A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Deste modo, a vedação de constituição de empresas em consórcio é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.



19. DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

19.1. A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

19.2. Nesse sentido, foram reiteradas as decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

19.3. Dessa forma, tendo em vista que a natureza do serviço pressupõe subordinação jurídica entre os empregados e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, uma vez que tais entidades seriam “cooperativas fraudulentas” ou meras intermediadoras de mão de obra.

20. DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME / EPP

20.1. A partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/2006, tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).

20.2. Contudo, a média do valor encontrado do presente objeto de contratação ultrapassa os limites estabelecidos no artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, portanto tal objeto não se enquadra nas hipóteses de licitação exclusiva ou cota reserva para micro e pequenas empresas, ou empresas de pequeno porte, não implicando, entretanto, na impossibilidade de participação destas, observadas as condições de participação / habilitação exigidas.



21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

21.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

21.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

21.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;

21.1.4. Haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

22. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

22.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designada Comissão de Fiscalização, com no mínimo 03 (três) servidores públicos da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

22.2. A comissão de fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, em sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

22.3. O(s) representante(s) da CONTRATANTE anotará (ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



- 22.5.** A comunicação entre as partes será realizada por meio escrito datado, com a assinatura dos responsáveis, sempre que se entender necessário o registro de ocorrências relacionadas à execução do contrato. Podendo ser realizada presencialmente ou por e-mail.
- 22.6.** A FISCALIZAÇÃO dos serviços se exercerá na forma estabelecida na legislação pertinente, por intermédio de profissionais devidamente habilitados, e respectivos auxiliares, incumbindo-lhe, conseqüentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos serviços, inclusive quanto à recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no Contrato e na Legislação em vigor.
- 22.7.** A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO. Ou que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.
- 22.8.** A CONTRATADA deverá aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle e medição adotados pela FISCALIZAÇÃO em todo e qualquer serviço.
- 22.9.** A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente à qualidade dos serviços contratados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.
- 22.10.** Qualquer subCONTRATADA de serviços especializados deverá ser previamente aceita pela FISCALIZAÇÃO à qual será dirigido o pedido de consentimento, acompanhado do nome da subCONTRATADA e da relação dos serviços a serem executados.
- 22.11.** A CONTRATADA deverá notificar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, quaisquer condições significativamente diferentes das indicadas pela PMSG ou que possam vir a alterar os prazos executivos, quantidade e qualidade dos serviços controlados, antes que tais condições sejam alteradas.
- 22.12.** Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previsto no Contrato e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente, com os serviços em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.



22.13. A fiscalização deverá realizar, entre outras, as seguintes atividades:

- a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Projeto Básico, orçamentos, cronogramas, correspondências e relatórios de serviços;
- b) Analisar e aprovar o plano de execução a ser apresentado pela contratada nos inícios dos trabalhos;
- c) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como as interferências e interfaces dos trabalhos da contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo contratante;
- d) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o plano ou programa de manutenção, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- e) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços aprovando os eventuais ajustes que ocorreram durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- f) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas;
- g) Verificar e aprovar os relatórios de execução dos serviços elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;
- h) Verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;
- i) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos.

22.14. O Relatório de Serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes à execução dos serviços, como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela contratada e fiscalização.

22.15. As reuniões realizadas no local dos serviços serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela fiscalização e conterão, entre outros dados, a data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas decisões a serem tomadas.



- 22.16.** O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e não confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.
- 22.17.** A contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.
- 22.18.** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 23.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 23.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressas e previamente aprovadas pela Administração.
- 23.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (certidões CNDT, CND e CRF), constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais no art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- 23.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado



até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

- 23.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 23.6.** Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 23.7.** Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.
- 23.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 23.9.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 23.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto à Prefeitura.
- 23.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 23.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



23.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

24. REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

24.1. O prazo para a execução dos serviços é de **12 (doze) meses** e o prazo de vigência da contratação é de **14 (quatorze) meses**, contados da assinatura da Ordem de Início dos Serviços, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.2. O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços para:

- a) Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo alterar o prazo de vigência do contrato;



- b) Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;
- c) Englobar os recebimentos provisórios e definitivos.

24.3. O REGIME DE EXECUÇÃO do presente contrato será na forma indireta de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, pelo Critério de Julgamento **TÉCNICA E PREÇO**.

25. DO REAJUSTE

25.1. Quanto ao REAJUSTE:

25.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com marco inicial de reajustamento aplicado a data base do orçamento estimativo da licitação.

25.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente, tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

25.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

25.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



26. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

26.1. O custo estimado da presente contratação foi obtido mediante informações coletadas na base oficial da tabela EMOP, como consta informado na Planilha Orçamentária (**Anexo III**), com mês de referência de **abril de 2023**.

- **Valor com BDI sem Desoneração: R\$ 17.371.414,57**
(Dezessete milhões, trezentos e setenta e um, quatrocentos e quatorze mil reais e cinquenta e sete centavos);
- **Valor Total com BDI com Desoneração: R\$ 16.338.423,90**
(Dezesseis milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa centavos).
- Tendo em vista a economicidade financeira foi adotado o orçamento com desoneração no valor de **R\$ 16.338.423,90**
(Dezesseis milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa centavos).

27. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO

27.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

27.1.1. Valor Global:

R\$ 16.338.423,90

(Dezesseis milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa centavos).

27.1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços do **Anexo III**.

27.2. O critério de julgamento da proposta é **TÉCNICA E PREÇO**.

27.3. Os critérios de julgamento das propostas são as discriminadas a seguir, as quais são de observância obrigatória por todos os participantes do procedimento licitatório.

27.3.1. Das propostas

As propostas deverão observar os critérios estabelecidos no presente anexo, as quais deverão ser analisadas em duas etapas: duas etapas:

- i. Classificação da Proposta Técnica;
- ii. Classificação da Proposta de Preço.



1. Fase de Classificação da Proposta Técnica

As Propostas Técnicas serão avaliadas por meio de pontuação - no intervalo de 0 (zero) 0 a 100 (cem) considerando-se os parâmetros estabelecidos nos quadros a seguir.

Item	Discriminação	Pontuação máxima
A	Experiência técnica da equipe	NA = 100,00
TOTAL		NPT = 100,00

A Proposta Técnica deverá ser apresentada em língua portuguesa de maneira clara, sistematizada para oferecer fácil compreensão, em 2 (duas) vias, em papel timbrado da Licitante, redigidas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numeradas, encadernadas em sistema espiral, rubricadas em todas as folhas e assinada na última folha pelo Representante Legal da Licitante.

A proposta deverá ser apresentada em papel no formato A-4, fonte Arial 11, espaçamento entre linhas simples, impressão feita somente em um dos lados do papel, admitindo-se quadros, tabelas, figuras, fotos e gráficos em papel formato A3, onde cada folha contará como 1 (uma) página.

a) Experiência Técnica da Equipe (máximo de 100 pontos)

Para avaliação da Experiência Técnica da Equipe, somente serão avaliadas as experiências dos profissionais que atendem as exigências mínimas para a **COORDENAÇÃO E GERENTE DE SUPERVISÃO DE OBRAS/OBRAS VIÁRIAS** apresentada no Item 12, do Projeto Básico.

Não serão considerados, para fins de pontuação, os atestados dos profissionais apresentados como integrantes de equipe de mais de uma Licitante ou aqueles desacompanhados de declaração formal da manifestação de sua concordância em compor a equipe para os serviços-objeto do presente edital;

Somente serão considerados os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nos respectivo Conselho Profissional, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida a favor do profissional indicado para o cargo.



EXPERIÊNCIA TÉCNICA EXIGIDA					
1. COORDENAÇÃO					
Item	Cargo	Comprovação Técnica	Quantidade (pontos)		
			Mínimo	Adicional	Máximo
1.1	COORDENADOR GERAL: Profissional Arquiteto e Urbanista e /ou Engenheiro Civil	<ul style="list-style-type: none">- Experiência profissional na coordenação de equipe multidisciplinar, comprovada através de atestado (05 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 01 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados).).- Experiência comprovada em Fiscalização de Obras Civas/Viárias/Infraestrutura (05 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 01 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados).- Experiência comprovada em Consultoria para Elaboração de Projetos de Engenharia e/ou Arquitetura (10 pontos– comprovando no mínimo 1 atestado + 02 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados).	20	20	40
Pontuação total de Coordenação (pontos):			20	20	40
2. EQUIPE SUPERVISÃO DE OBRAS					
Item	Cargo	Comprovação Técnica	Quantidade (pontos)		
			Mínimo	Adicional	Máximo
2.1	GERENTE DE OBRAS (1): Profissional Arquiteto e Urbanista e /ou Engenheiro Civil	<p>Experiência profissional comprovada em Fiscalização de Obras (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados).</p> <p>Experiência comprovada na coordenação de equipe multidisciplinar (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados)</p>	10	10	20



2.1	GERENTE DE OBRAS (1): Profissional Arquiteto e Urbanista e /ou Engenheiro Civil	Experiência profissional comprovada em Fiscalização de Obras (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados). Experiência comprovada na coordenação de equipe multidisciplinar (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados)	10	10	20
2.2	GERENTE DE OBRAS VIÁRIAS: Profissional Engenheiro Civil, com experiência em infraestrutura viária;	Experiência profissional comprovada em Fiscalização de Obras (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados). Experiência comprovada na coordenação de equipe multidisciplinar (5 pontos – comprovando no mínimo 1 atestado + 1 ponto por cada atestado adicional, até o limite de cinco atestados)	10	10	20
Pontuação total de Supervisão de Obras (pontos):			30	30	60
Pontuação Global Máxima da Equipe:			50	50	100

Observações:

- Todos os atestados apresentados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Profissional da Licitante e/ou do Profissional;
- Deverá ser apresentada uma tabela resumo informando o número da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e a que comprovação o mesmo se refere, indicando o número da página que ela se encontra na proposta apresentada.
- Nos atestados apresentados deverão estar destacados (iluminados) os serviços que comprovem a experiência solicitada.
- A não apresentação e consequente ausência de pontuação (ponto = 0,00) em qualquer item ou subitem da Proposta Técnica desclassifica o Licitante;
- A NOTA TÉCNICA MÍNIMA EXIGÍVEL para participar da abertura da Proposta de Preço é de 70,00 (setenta) pontos. A empresa que não conseguir a referida nota pontuação estará automaticamente desclassificada. No caso, das licitantes apresentarem proposta em Consórcio para efeito de comprovação da Experiência Técnica da Equipe e Experiência Técnica da Licitante soma-se as experiências individuais de cada empresa consorciada.



27.3.2. Fase de Classificação da Proposta de Preço

Selecionadas as propostas das Licitantes habilitadas na Proposta Técnica seja considerada completa e em conformidade com as exigências do Edital, poderá ter seu envelope “B” aberto e sua Proposta de Preço julgada.

As propostas financeiras das Licitantes classificadas tecnicamente serão examinadas para determinar se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculo, se todos os documentos foram devidamente assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências, inclusive se o valor global da proposta não ultrapassa o valor global estimado pela Administração Pública.

Os erros aritméticos serão retificados, desde que não importem em acréscimo do valor fixado no Termo da Proposta, da seguinte forma:

- a) se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
- b) se houver discrepância entre o preço unitário por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso

Serão desclassificadas propostas:

- a) que não atendam às exigências do Edital, e;
- b) com preços manifestadamente inexecutáveis, assim considerados aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a planilha orçamentária inicial utilizada com base para esta licitação.
- c) contiverem qualquer limitação ou condição divergente desta concorrência;
- d) apresentarem preços unitários superiores aos estabelecidos nas planilhas de preços – Anexa a este edital;
- e) apresentarem preço global, manifestadamente inexecutável, ou seja, proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do valor estimado para esta contratação.

A pontuação da Proposta de Preço de cada Licitante será calculada por meio da composição de duas fórmulas, apresentadas a seguir:

1ª Fórmula	EM SEGUIDA	2ª Fórmula
	→	
$MP = \frac{V + Ms}{2}$		$NPP = \frac{100 \times MP}{PA}$



Onde:

MP = Média dos Preços;

V = Valor estimado para esta contratação;

Ms = Média simples dos preços propostos pelas Licitantes.

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço obtida pela Licitante, limitada a 100;

MP = Média dos Preços;

PA = Valor da Proposta de Preço da Licitante.

Observações:

- a) A Média simples dos preços propostos pelas Licitantes (Ms) será obtida por meio do somatório de todos os valores propostos, dividido pela quantidade de propostas;
- b) As Notas das Propostas de Preço (NPPs) assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

27.3.3. Ponderação das Propostas Técnica e Preço

A pontuação da Nota Final de cada Licitante será calculada pela média ponderada entre os pontos obtidos na Proposta Técnica (NPT) e na Proposta de Preço (NPP), obedecendo a seguinte razão e de acordo com a fórmula abaixo:

Natureza da Proposta	Valoração
Proposta Técnica	70% (setenta por cento)
Proposta de Preço	30% (trinta por cento)
Total	100% (cem por cento)

$$\text{NF} = \frac{(70 \times \text{NPT}) + (30 \times \text{NPP})}{100}$$

Onde:

NF = Nota classificatória Final obtida pela Licitante;

NPT = Nota da Proposta Técnica obtida pela Licitante;

NPP = Nota da Proposta de Preço obtida Licitante.



Observações:

- a) A Nota Final (NF) será calculada com duas casas decimais, sem arredondamentos, sendo desprezadas as demais casas.
- b) A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

27.3.4. Critérios de Classificação para Adjudicação

- a) Se a nota final mais bem classificada não tiver sido alcançada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e houver nota alcançada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual igual ou até 10% (dez por cento) inferior à melhor nota, situação denominada por empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado poderá, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após a convocação pela Comissão de Licitação, nos termos estabelecidos no Artigo 45 da LC nº 123/2016, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, de acordo com o capítulo 1, alínea “b”, deste Anexo, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Edital, sob pena de preclusão. A microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual somente será considerada detentora da melhor proposta caso sua nota final, resultante da ponderação entre os fatores técnica e preço, seja menor do que a licitante originalmente melhor classificada.
 - ii. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do critério anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - iii. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
 - iv. A Comissão de Licitação colherá em envelopes lacrados, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) a contar da intimação do resultado do julgamento das propostas, as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que tenham interesse em exercer seu direito de preferência, caso a microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado no certame não comprove sua regularidade fiscal ou deixe de assinar o **CONTRATO** nos prazos estipulados.
- b) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



28. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

28.1. O adjudicatário, no prazo de 05 (cinco dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 3 % (três por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Projeto Básico/Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, desde que cumpridas as obrigações contratuais. Ademais, conforme consignado na Súmula TCU Nº 275/2012:

*“Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração **pode exigir das licitantes**, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou **garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado**, no caso de compras para entrega futura e **de execução de obras e serviços.**”*
(grifei)

28.2. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

28.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

28.2.2. Seguro-garantia;

28.2.3. Fiança bancária.

28.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, no banco indicado pela mesma com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

28.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

28.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.



- 28.6.** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 28.7.** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 56, §4º da Lei nº. 8666/93).
- 28.8.** A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em relação aos materiais, como do solo, conforme disposto no art. 618 do Código Civil.

29. DAS SANÇÕES

- 29.1.** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:

29.1.1. Advertência escrita;

29.1.2. Multa;

29.1.3. Suspensão temporária;

29.1.4. Declaração de inidoneidade;

29.1.5. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

- 29.2.** Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

29.2.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

29.2.2. A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:



- 29.2.2.1.** Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- 29.2.2.2.** Por inexecução total ou parcial;
- 29.2.2.3.** No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- 29.2.2.4.** No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.
- 29.3.** Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:
- 29.3.1.** Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.
- 29.3.2.** Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.
- 29.3.3.** As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.
- 29.3.4.** As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 29.3.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.
- 29.3.6.** Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado na cláusula 29.3.4., será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e, se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.



- 29.4.** A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.
- 29.5.** Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.
- 29.6. Suspensão temporária** – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.
- 29.7. Declaração de inidoneidade** – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.
- 29.8.** O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

30. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 30.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 2059.04.122.1001.2103

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de Recursos: 00,14 e 47

- 30.2.** Em conformidade com o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº. 101/2000), a presente contratação possui adequação com a proposta encaminhada da Lei Orçamentária Anual – LOA, e tem compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA para o Exercício de 2023, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.



31. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 31.1.** Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- 31.2.** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.
- 31.3.** Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.
- 31.4.** A CONTRATADA responderá legal e administrativamente pela garantia, solidez, qualidade e eficiência dos serviços de engenharia por ela elaborados, e essa responsabilidade não cessará com a entrega e aprovação do objeto da presente licitação, mas se estenderá pelo prazo de garantia determinado para obras de construção civil, conforme estabelecido no Código Civil.
- 31.5.** Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Projeto Básico será de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, que dela se utilizará conforme lhe convier.
- 31.6.** É vedado a CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços objeto deste edital, cuidando da sua confidencialidade, salvo com prévia, formal e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.